

CONCEPÇÃO URBANÍSTICA DE BRASÍLIA: TRAÇADO URBANO E SUAS CONSEQUÊNCIAS ATÉ OS DIAS ATUAIS

PEREIRA, Thaila Misael.¹
MEYER, Schristopher M. D.²
BAVARESCO, Sciliane Sauberlich.³

RESUMO

Neste artigo será analisado a mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, a concepção urbanística de Brasília e seu desenvolvimento, desde seu início até os dias atuais. Considerando que a cidade foi criada para atender 500 mil habitantes, porém passado de uma crise urbana acabou antecedendo o planejamento que seria a longo prazo. Relata o processo de ocupação de espaço, e a deficiência na malha urbana causada por dispersão do tecido urbano. Com isso o adensamento gerado fez com que Brasília criasse centros urbanos isolados da cidade central, originando exclusão sócio-espacial, uma das principais causas da crise urbana na capital.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília, Urbanismo, Plano Piloto, Cidades Satélites, Segregação.

1. INTRODUÇÃO

Brasília projetada para atender 500.000 habitantes, porém houve um crescimento populacional muito além do previsto, onde acarretou uma falta de planejamento urbano adequado, resultando na insuficiência da cidade. Este presente artigo apresenta o intenso processo de formação e ocupação de Brasília.

O objetivo do mesmo é sanar uma dúvida a respeito do Plano Piloto, onde a questão é, se os problemas atuais de Brasília foram ocasionados por uma falha no Plano Piloto elaborado por Lúcio Costa. Pois sabe-se que Brasília está enfrentando alguns problemas que foram se acarretando até os dias atuais, dentro dessa dúvida foram realizadas pesquisas bibliográficas, onde acredita-se que esta questão foi exposta de maneira clara.

¹ Aluna do sexto período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel – PR. E-mail: thailamp_@hotmail.com

² Aluno do sexto período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel – PR. E-mail: schrismeyer@hotmail.com

³ Arquiteta, professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel – PR. Pós-Graduada em Arquitetura Paisagística pela Fundação Assis Gurgacz, Cascavel - PR e em Design de Interiores pela Universidade Paranaense, Cascavel – PR e pós-graduanda em Arquitetura de Hospitais, Clínicas e Laboratórios pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada, Foz do Iguaçu – PR. E-mail: sciliane@hotmail.com

Mesmo antes do governo de JK ter começado as obras em Brasília, já haviam ideias para o Centro Oeste no bojo da “Marcha para o Oeste” de Vargas. O intuito da mudança da Capital para o Centro Oeste como principal objetivo foi intermediar o desenvolvimento do Brasil para as outras regiões (IBGE, 2012).

Durante a construção de Brasília, constatou-se que o Plano Piloto não abrigaria as levas de imigrantes que vieram para trabalhar nos canteiros de obras. Sendo assim, antes de concluírem o centro da Capital, foi implantada as periferias onde esses imigrantes iam ser realocados, chamados de Cidades satélites, locais onde eram isolados do núcleo central. Esse “fracasso” no planejamento urbano se acarretou a vários outros centros esparsos no território, denotando apartação e exclusão sócio espacial. Essa exclusão gerada trouxe e traz tensões sociais constantes, onde esses imigrantes sofrem até os dias atuais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o IBGE (2012) a transferência da Capital litorânea (Rio de Janeiro) para o interior do Brasil é discutida praticamente desde o início da colonização, com principal objetivo de servir como intermediador para levar desenvolvimento para as outras regiões. A ideia da transferência foi dada pelo Marques de Pombal, mas há outros três idealizadores, Alferes José Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes), Hipólito José da Costa (jornalista) e o patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva.

[...] a resolução que constituiu a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, se deu com o encaminhamento da “Mensagem de Anápolis”, do então Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso, que propunha a construção de Brasília sendo transformada em Lei no ano de 1956. Esta propôs a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Brasília, Capital do Brasil é inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, sendo a terceira, após Rio de Janeiro e Salvador (BARBOSA, 2011, p.12 e 13).

2.1 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL E CRIAÇÃO DE BRASÍLIA

Segundo Paviani (1985) relata, historiadores debateram incansavelmente sobre a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país. Havia vários argumentos para alegar essa transferência: primeiro, uma maneira de deletar os resquícios e símbolos da posse portuguesa, como no Rio de Janeiro; segundo, tentativa de tornar o Brasil em país unificado; terceiro, defesa nacional, pois a capital é um alvo para ataques de estrangeiros; quarto, meio de implantar novas referências de

eficiência no serviço público; quinto, criar identidade nacional; sexto, local de desenvolvimento e crescimento da região, por meio de mercados consumidores e inclusão de novas tecnologias; sétimo, porta de entrada para a economia do oeste e norte do país (FARRET, 1978). Porém, essa transferência foi antecipada pela implantação desse projeto para a capital mineira no século XX, houve assim uma expansão dos povos para o interior formando a “Marcha para o Oeste” (PAVIANI, 2001).

Segundo Amaral (2003), para o país a implementação de Brasília representou um novo espaço de desenvolvimento e conquistas, onde aconteceu a ampliação na comunicação entre os povos mais distantes, Brasília se tornou então um meio de encontro entre as regiões.

Brasília é, ao mesmo tempo, uma capital política e um canteiro de construção. Surgiu como um canteiro de construção e continuou sendo, após a instalação, ali, dos três poderes do governo brasileiro. Brasília é, também, uma cidade “artificial” e uma grande cidade, uma capital de país subdesenvolvido. Cidade “artificial” surgiu de uma vontade criadora que haveria de se manifestar na prévia definição de diversos aspectos materiais e formais. A intensão que presidiu á sua criação é que orientaria aquela vontade criadora. Brasília já nascia com um destino predeterminado: ser “a cabeça do Brasil”, o “cérebro das mais altas decisões nacionais”. Capital administrativa e canteiro de obras, essas duas realidades – a realidade planejada e a realidade condição para a primeira – vão contribuir para lhe dar uma fisionomia, um ritmo de vida, um conteúdo. (...) O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela “vontade criadora”, modificando os resultados esperados. Reduz as possibilidades de uma rápida construção da cidade; refletindo-se sobre as atividades principais, explica as demais funções, o quadro, a fisionomia atual, a estrutura e os problemas; e é o responsável pela ‘dualidade’ de Brasília, que tanto a aproxima das demais capitais latino-americanas. Vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual (SANTOS, 1965, p.54 e 55).

No começo da construção de Brasília, Setembro de 1956, Juscelino Kubitschek introduziu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), os participantes da Novacap realizaram um concurso do desenho da nova Capital com 26 inscritos, tendo como vencedor Lúcio Costa, com um projeto racional onde coloca Brasília em uma posição estratégica, com aspectos modernos e monumentais (ALVES, s.d). Paviani relata, “a construção de Brasília, ao contrário das justificativas simplistas, constitui-se num passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho” (PAVIANI, 2010, p.19).

Lúcio Costa declara em seu Plano Piloto que, “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”. (COSTA, 1991, p.22). Esses dois eixos principais relatados são o rodoviário e monumental, por meio deles que a cidade pode se ampliar. Foi projetada em três escalas distintas, porém, que se completam: escala monumental, escala residencial e escala concentrada (ALVES, s.d).

2.2 CIDADES SATÉLITES

Houve uma grande movimentação onde vários grupos de pessoas vieram de todo país para a construção de Brasília, ocasionando um fluxo migratório social vindo principalmente do Norte e Nordeste. Essas famílias vinham para Capital em busca de trabalho, no começo moravam nos alojamentos que as construtoras forneciam, mas como esses imigrantes só aumentavam as famílias se instalavam em lugares provisórios ao redor do canteiro de obras. Em seu plano inicial Lúcio Costa não estava esperando isso, imaginava que após o termino da construção os migrantes deixassem a cidade, pois teria que ser inaugurada vazia e só assim deveria ser habitada (SEVERO, 2014). “Negando aos operários da construção direitos a residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural” (HOLSTON, 1993, p.200). Mas a população que já ali habitava buscou seu direito de morar em Brasília por meio de mobilizações políticas e conflitos com o Estado, só assim receberam o direito de continuar a residir na cidade, porém, em áreas afastadas (SEVERO, 2014).

Conforme o Plano Piloto relata que abrigaria quinhentas mil pessoas ao seu máximo, assim se o limite fosse excedido a ideia era que fossem construídas cidades satélites, isoladas do núcleo central. No ano da inauguração da cidade, Brasília já estava com a população de 141.742 habitantes, sendo assim averiguou-se que o Plano Piloto não poderia abrigar as pessoas que ainda viriam para a cidade (SEVERO, 2014).

Nessas circunstancias que surgiram as primeiras cidades satélites – Cidade Livre (1956), Bandeirante (1961), Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1969), como uma forma de cessar a tanta população que estava a “invadir” constantemente (VASCONCELOS, 1988).

As cidades satélites foram criadas pela urgência imposta por invasões, devido ao grande contingente populacional que estava na região por consequência da construção da nova capital. População esta, que foi exaltada como heroína durante a construção da cidade negligenciada no processo de crescimento do país (SEVERO, 2014, p. 11 e 12).

Para Gonzáles (1985), é no período de reassentamento da população para as Cidades Satélites que começa o processo de segregação espacial, este acontecimento fica claro no território de Brasília.

2.3 SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL

Conforme Catalão (2010) a cidade de Brasília foi implantada para ser um marco de modernidade e um impulso do desenvolvimento brasileiro, apoiada em um projeto de transformação social, buscava a igualdade e se apoiava na subordinação da sociedade às formas do ambiente construído. Porém tal projeto não apresentou as condições necessárias para sua realização, deste modo para tentar manter o Plano Piloto modernista o poder público realizou ações e afastou as classes menos abastadas para periferias distantes (PENNA, 2000).

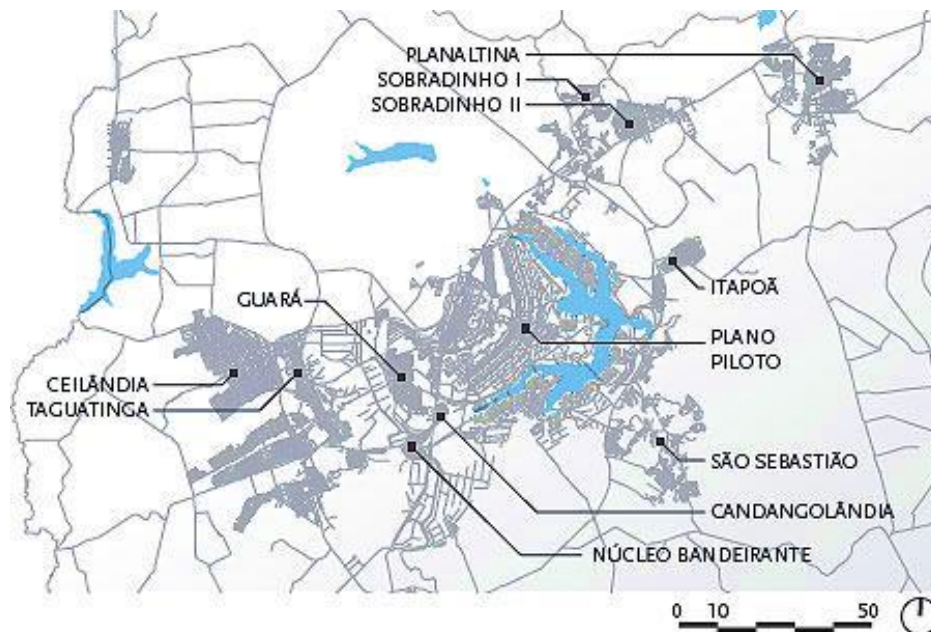
Nunes e Costa (2007) relatam “Seria como se resumíssemos, por exemplo, o Rio de Janeiro a sua Zona Sul ou São Paulo a região dos Jardins. Tudo se passa como se déssemos o privilegio a uma única área e, nesse caso, a um único grupo social [...]” (NUNES E COSTA, 2007, p.37).

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada dado solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS, 2004, p.141).

O Plano Piloto possui cerca de 70% dos postos de trabalho mais bem remunerados de Brasília, segundo Paviani (2001) não se teve a preocupação em disseminar atividades no território assim como ocorreu com a população, deste modo o núcleo central da Capital concentrou bens e serviços, já que nele estão localizadas as instituições públicas e privadas que são necessárias ao desempenho de suas funções básicas.

Esta segregação pode ser caracterizada, em primeiro lugar, pelo grande distanciamento do centro, na medida em que as cidades-satélites estão afastadas de Brasília em média 25km, para as mais próximas, como Sobradinho, e 40km, aproximadamente, para as mais distantes, como Gama e Planaltina (SCHAEFFER, 2003, p.4).

Figura 1 - Brasília. Dispersão do tecido metropolitano.



Fonte: <<http://cidadedebrasilia.blogspot.com.br/2012/06/relatorio-viagem.html?view=snapshot>>

Acesso em Nov. 2017

“A instalação das cidades periféricas foi estratégica, do ponto de vista da rentabilidade dos negócios capitalistas, permitindo somente às suas diversas frações a incorporação dos efeitos úteis da cidade” (SCHAEFFER, 2003, p.4). Ainda segundo Schaeffer as áreas periféricas, ocupadas principalmente pela classe trabalhadora, concentram-se em escassos espaços no território urbano. Esta concentração ligada junto à instalação deficiente de equipamentos coletivos contribui para que haja no território um outro aspecto de segregação sócio espacial a qual gerada por índices que indicam qualidade de vida. Por um lado, as áreas nobres são ocupadas por classes altas e médias, se distribuem em amplos e bem equipados espaços, e em setores que são valorizados, desfrutando da alta qualidade de vida do distrito federal, e, por outro lado, a classe trabalhadora na área periférica, de modo oposto se manifestam tanto em relação à ocupação do espaço, como em relação à distribuição de renda e ocupação profissional.

3. METODOLOGIA

Os modelos mais representativos da pesquisa bibliográfica são sobre levantamentos, ideologias ou análises das várias posições sobre um determinado tema (GIL, 2007, p.44).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Em resposta a problemática desta pesquisa Aguiar (2003) relata:

Sabe-se que a evolução urbana de Brasília seguiu caminho bem diverso daquele idealizado pelos seus fundadores. Brasília foi pensada para ser o oposto das demais cidades brasileiras, [...] formaram-se de maneira voluntária, arbitrária, adquirindo dinâmica e contornos próprios. Supunha-se, por exemplo, que Brasília, no ano 2000, teria menos de meio milhão de habitantes. Não teria cidades satélites, nem “entornos”, e proporcionaria a integração social dos seus moradores nas famosas superquadras, onde diretores e contínuos, funcionários e motoristas, ministros e ascensoristas conviveriam em doce fraternidade. Entre a utopia que norteou a sua construção e os dias de hoje, em que Brasília já mostra sinais evidentes de caos urbano, a distância se explica pelas próprias características do processo social brasileiro (AGUIAR, 2003, p.402).

É um reconhecimento unânime que Brasília se tornou uma vítima de um “processo de urbanização”, onde é submetida às causas socioeconômicas do subdesenvolvimento. Brasília, hoje está demonstrando vários problemas relacionados aos das outras cidades Brasileiras, com problemas socioambientais (PAVIANI e GOUVÊA, 2003).

Um dos maiores problemas enfrentados pelos sucessivos governos de Brasília, está relacionado ao assentamento populacional. Em 1957, DF (Distrito Federal) tinha apenas 15 mil habitantes. Já em 1980, aumentou para 1.200.000. E hoje está perto dos 2 milhões. A piora do problema se deve ao acúmulo das pessoas nas áreas urbanas. No plano inicial para Brasília as cidades satélites não eram previstas. No começo das obras da Capital, houveram várias invasões de terrenos, atrapalhando os espaços vazios do Plano Piloto, sendo assim, esses “invasores” passaram a se abrigar em locais periféricos que não foram previamente pensados para que fosse habitado. As cidades satélites passaram assim a ser núcleos de habitação periféricos ao Plano Piloto (SILVA, 2006).

Em Brasília, o problema da densidade apresenta-se primeiramente em plano global. A ocupação territorial atomizada e dispersa cria distâncias entre os núcleos que agem como barreiras a integração das partes da cidade. Essa segregação espacial tem como consequência estruturas urbanas pobres e mal providas de equipamentos (PEOT, 1977. p.296).

O governo apenas tinha cuidado para frear o crescimento dentro do Plano Piloto, firmando-se a cidade ordenada. Já a desordem ficava por conta das áreas periféricas (cidades satélites), que crescia de modo desordenado e incompleto, pois necessitava de equipamentos urbanos. Aparenta-se que as cidades satélites e seu redor não fazem parte de Brasília, eram apenas órgãos crescendo alheios ao desenvolvimento do governo (DANTAS, s.d).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida deste trabalho foi com o intuito de investigar se os problemas em Brasília foram acarretados por algum tipo de falha no Plano Piloto. Para alcançar nosso objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas desde o início da história de Brasília até os dias atuais.

A mudança da Capital do País para o Centro Oeste faria com que Brasília se tornasse uma Capital de destaque no Brasil, perpetuando assim o desenvolvimento para as regiões. No início, antes de sua construção, Brasília foi marcada por várias ideias e iniciativas para a visualização de uma cidade planejada e monumental, foi nesse instante que aconteceu o concurso onde Lúcio Costa venceu, com o projeto chamado por ele de Plano Piloto.

Neste sentido, foram observadas ao longo da pesquisa graves desafios gerados pela acelerada expansão territorial e que não foram resolvidos pelos agentes públicos. O problema populacional de habitações em Brasília é originado no início, na construção da cidade, quando havia necessidade de habitações para os construtores operários, sendo que estes não estavam previstos nos planos. Isso causou a preconização da segregação e a aglomeração dos mesmos nas periferias (cidades satélites).

A realidade de Brasília hoje é a mesma de alguns anos atrás, com imigrantes vindos de suas terras natais para procurar melhorias em uma nova cidade, porem se deparam com algo bem diferente, ou seja, uma terra mal dividida.

Conclui-se que o “erro” ou “falha” foi a falta de planejamento urbano em relação aos assentamentos populacionais, pois com esse processo de urbanização precoce o governo de Brasília se preocupou em apenas desobstruir a cidade central, reassentando os imigrantes para áreas periféricas isoladas de Brasília, causando assim os problemas atuais de segregação sócio espacial.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. **A construção de Brasília:** uma contradição entre utopia e realidade. São Paulo. [s.d]. 125 p.

AMARAL, A. **Arte para quê?:** A Preocupação Social na Arte Brasileira 1930-1970. São Paulo. 2003. Studio Nobel 3ª Ed.

AGUIAR, R. C. **Brasília:** da utopia a dura realidade. Brasília. 2003. 403 p.

BARBOSA, L. G. S. **Motivos que levaram a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília.** Goiás. 2011. 44 p.

CARLOS, A.F. A. **O espaço urbano.** São Paulo: Contexto, 2004.

CATALÃO, I. Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 156 p.

CENSO DEMOGRÁFICO. **Brasília.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/brasil/brasil.pdf>>. Acesso em: 06 de Novembro de 2017.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: GDF, 1991. 78 p.

DANTAS, A. G. M. F. **Sistema viário de Brasília e os problemas da integração de um novo bairro na cidade:** o Ecovila setor Noroeste. Brasília. [s.d]. 15 p.

Distrito Federal (Brasil). Decreto nº 4.049, de 10 de janeiro de 1978. **Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT),** 1977.

FARRET, R.L. **Growth Center Strategy: A Case Study of Brasilia, Brazil.** Berkeley, Califórnia. 1978. 106 p.

FONCECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. 2007. 4 ed.

GONZÁLES, S. F. **A gestão urbanística do espaço habitado:** o objeto e o método no caso do Distrito Federal, In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília 50 ANOS:** da capital à metrópole. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, 224 p.

GONZÁLES, S. F. N. **As formas concretas da segregação residencial.** In: PAVIANI. [s.l]. 1985.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, B. F.; COSTA, A. **Distrito Federal e Brasília:** dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. Brasília. 2007. 57 p.

PAVIANI, A. **Brasília no contexto local e regional:** urbanização e crise. Brasília. 2001. P.65.

PAVIANI, A. (org.) et al. **Brasília, Ideologia e Realidade-** Espaço Urbano em Questão. São Paulo. 1985. 100 p. Ed.1

PAVIANI, A; GOUVÊA, L. A. C. (Orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. 316 p.

PENNA, N. A. **Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada**. São Paulo, 2000. 196f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. 1965. Ed. Civilização Brasileira. 175 p.

SCHAEFFER, M. F. C. **Segregação socioespacial no Distrito Federal**. Florianópolis-SC. 2003. 12 p.

SEVERO, D.S. **Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia**. Brasília. 2014. 77 p.

SILVA, H. A. **Os problemas fundiários do Distrito Federal**. Mundo Jurídico, São Paulo, 2006. Disponível em< http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=856>. Acesso Em: 12 de Novembro de 2017.

VASCONCELOS, J. A. **Cidades-satélites**. Brasília: 1988.